

Imigrantes italianos e a *Società Italiani Uniti*: algumas considerações preliminares

Italian immigrants and the *Società Italiani Uniti*: some preliminaries considerations

Rosane Siqueira Teixeira¹

rosane.teixeira@uol.com.br

Resumo. O presente artigo pretende fazer algumas considerações preliminares sobre a *Società Italiani Uniti*, uma associação italiana que existiu em Araraquara-SP no período de 1920 a 1940. Ela era um espaço partilhado. Por um lado, funcionava como uma associação de socorro mútuo, beneficência e também como espaço de sociabilidade. Por outro, funcionava como centro de filiação ao Partido Nacional Fascista. Este artigo se propõe revelar parte de um contexto da imigração italiana ainda pouco estudado no Brasil.

Palavras-chave: imigrantes italianos, associações de socorro mútuo, estatutos.

Abstract. The present article intends to make some preliminaries considerations on the *Società Italiani Uniti*, an Italian association that existed in Araraquara-SP in the period between 1920 and 1940. It was a partited space. On one hand, it functioned as an association of mutual aid, beneficence and also as sociability space. On the other hand, it functioned as center of filiation to the Fascist National Party. This article aims to disclose part of a context of Italian immigration still little studied in Brazil.

Key words: Italian immigrants, associations of mutual aid, statutes.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais - Universidade Federal de São Carlos. Coordenadora do projeto de organização e catalogação do acervo documental de "Carlos Leônio Magalhães", desenvolvido na Unidade Especial de Informação e Memória - UFSCar.

Introdução

No dia 15 de novembro de 1920, por sugestão do ex-ministro italiano Vittorio Emanuele Orlando, foi fundada em Araraquara-SP a *Società Italiani Uniti*². Esta associação nasceu da fusão da *Società Italiana di Beneficenza*³, que congregava a maioria dos italianos precedentes do Norte da

Itália, e da *Società Italiana de Mutuo Soccorso*⁴, cujos membros eram, em sua maioria, oriundos do Sul da Itália. Na verdade, a fusão das duas associações já havia sido cogitada, primeiramente, no ano de 1909 por um dos membros da SIMS, mas sem resultado. Outra tentativa de fusão ocorreu em 1918, desta vez, por sugestão do cônsul italiano Vito Luciani, cujo discurso pregava que "a nova Società [seria] o

² Doravante *SIU*.

³ Doravante *SIB*.

⁴ Doravante *SIMS*.

lar dos italianos em Araraquara onde [iria] florescer à sombra da unidade nacional” (SIU, Livro de Atas, p. 3). Mas tal tentativa foi frustrada, porque o nome escolhido para a nova associação seria o da SIB e os membros da comissão da SIMS não concordaram. Finalmente, em Reunião Inaugural da Assembléia da SIU do dia 21 de novembro de 1920, foi aclamada e aprovada por unanimidade a constituição definitiva da nova associação.

No Brasil, as experiências associativas entre os italianos tiveram início ainda antes da grande imigração em massa. A necessidade de reunir-se em sociedades com fins de mútuo socorro e beneficência era uma “exigência imprescindível dos primeiros imigrantes” (Trento, 1989, p. 171). Também no interior do Estado de São Paulo, as formas associativas foram precoces devido ao peso numérico de imigrantes italianos que neste Estado chegaram, permitindo, assim, uma multiplicação de entidades associativas. As razões para tal multiplicação foram as mais variadas, compreendendo desde a “finalidade patriótica, esportiva, aspiração religiosa, educação cultural ou artística ou simplesmente a organização do tempo livre oferecendo ocasiões recreativas e momentos de lazer” (Trento, 1992, p. 32). Tudo isso associado, sobretudo nos primeiros tempos, à “persistência e ao fortalecimento de identidades regionais e locais” (Trento, 1989, p. 172) e, posteriormente, à preocupação de manter os ideais de italianidade entre os italianos.

Objetiva-se, neste artigo, fazer algumas considerações preliminares sobre a SIU, visto que se trata de um estudo de âmbito maior em estágio inicial, para revelar parte de um contexto da imigração italiana ainda pouco estudado no Brasil. Na verdade, comparando a produção historiográfica existente nos países latino-americanos (Estrada, 1992; Silberstein, 1992; Bestene, 1992; Fernandez, 1992; Devoto, 1991, 1992; Baily, 1982; entre outros) e europeus (Marucco, 1992; Trento, 1992; Rosoli, 1992; entre outros), verifica-se que, no Brasil, os estudos sobre as associações mútuas ainda estão em fase inicial. A recente produção acadêmica tem dado uma significativa atenção à análise do mutualismo no mundo do trabalho (Batalha, 1999; Silva Jr., 2000; Fortes, 1999; Biondi, 2002; entre outros) na medida em que ela questiona se há ou não relações de continuidade entre as mútuas e as associações de resistência operária. Outras produções como, por exemplo, Trento (1989), Bertonha (2001) e Martins (1973; 1992) estudaram este tema em trabalhos mais amplos. Há também ainda em andamento os trabalhos de Viscardi (2004; 2006), cujo foco de pesquisa se concentra nas mútuas localizadas em Minas Gerais, especialmente em

Juiz de Fora. Apesar da produção acadêmica deste tema ser recente e escassa, vale destacar dois trabalhos. O primeiro deles, diga-se de passagem, quase pioneiro, de De Luca (1990), que, ao estudar as inúmeras associações de socorros mútuos espalhadas pelas principais cidades do Estado de São Paulo, focalizando sobretudo a Capital e a cidade de Santos, teve como argumento principal que estas não deram origem e nem se confundem com o sindicalismo. E o segundo, de Kushnir (1996), que, explorando o interior de duas associações de socorros mútuos pertencentes a imigrantes judeus, uma localizada no Rio de Janeiro e a outra em São Paulo, mostra o mundo da prostituição de mulheres judias e suas buscas pela manutenção de uma identidade étnico-religiosa. Kushnir é perspicaz em sua análise das Atas e chama a atenção para o fato de que

jamais são transcritos [nas Atas] todos os detalhes que envolvem as disputas e rupturas, da mesma forma que jamais se deixa de registrar todos os fatos ocorridos. Mesmo que apenas anotados, há uma necessidade clara no grupo de manter uma organização interna e um registro de sua história (Kushnir, 1996, p. 195).

O presente artigo se baseia no Livro de Atas das Assembléias da SIU (1920-1940), no Livro de Atas das Assembléias da SIB (1908-1918), no Censo de Araraquara referente ao ano de 1902 e nos jornais de época.⁵ É interessante ressaltar que a SIU durante muito tempo foi referenciada pelos pesquisadores locais (Brandão e Telarolli, 1998; Telarolli, 2003; Souza, 2003; Corrêa, 1975; entre outros) por meio de informações obtidas pelos jornais de época ou pela lembrança de velhos italianos. Ocorre que, desde a paralisação de suas atividades (1940), a documentação (Livro de Atas das Assembléias) desta associação permaneceu guardada por um dos seus integrantes e somente veio à tona um pouco antes da morte do mesmo.⁶ Tanto o Livro de Atas da SIU como o da SIB estão totalmente escritos em italiano e são documentos inéditos, nunca antes estudados.

Breve Histórico⁷

As diferenças entre os italianos

Eric Hobsbawm (1998, p. 186), em uma célebre frase, assinala que “não há povo sem história ou que possa ser compreendido sem ela”. De fato, para compreendermos

⁵ Infelizmente não temos conhecimento do livro de Atas das Assembléias da SIB referente ao período de 1901 a 1907, assim como da documentação da SIMS.

⁶ A documentação da SIB também estava guardada com a mesma pessoa.

⁷ A discussão a seguir foi baseada na dissertação de Mestrado intitulada *Italianos em casos de conflitos e tensões nas fazendas de café da comarca de Araraquara, 1890-1914*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos em março de 2006.

os imigrantes italianos, precisamos primeiramente saber um pouco da sua história.

No século XIX, a Itália tinha uma economia predominantemente calcada na agricultura. Em 1871, por exemplo, sessenta por cento da população ativa trabalhava com a terra. Por apresentar aproximadamente dois terços da área da sua superfície constituída por montanhas ou colinas, ali pouca coisa poderia ser cultivada. Os pobres desenvolviam a cultura de cereais por longas áreas, nas mais impróprias condições. Sofriam com a malária, e a pobreza da alimentação favorecia a pelagra conhecida como “il male della miséria” (Carboni, 2000, p. 61), causada pela carência em vitaminas, assim como outros tipos de doenças. Além disso, não havia abundância do solo ou adequação de diferentes colheitas. Simultaneamente, uma série de impostos e taxas de todos os tipos começava a incidir sobre os agricultores, vindo das novas instâncias administrativas do país recentemente unificado, que implicavam dívidas assim como confiscos de propriedades. Além de tais circunstâncias, havia os dialetos e as diferenças regionais.

No novo reino da Itália unificada, apenas os membros da elite falavam a língua italiana, e “mesmo muitos desses [da elite] só a usavam em certas ocasiões e não no dia-a-dia” (Bertonha, 2005, p. 56). O restante da população falava o dialeto, “e tão incompreensíveis entre si que alguns professores piemonteses, enviados a escolas da Sicília em fins do século XIX, foram tomados por ingleses pela população local” (Bertonha, 2005, p. 56). Para “criar italianos”, assinala Bertonha (2005, p. 57), “o Estado se aproveitou de alguns elementos protonacionais de identificação que já existiam antes, em especial nas elites”, entre eles a língua, para fazer dos italianos uma nação. Assim, a língua italiana foi difundida pela escola e pelo exército, transmitindo uma consciência de nacionalidade aos pobres da nação. Claro, enfatiza Bertonha,

que a difusão da escola primária e do serviço militar obrigatório não ocorreram instrumentalmente, apenas para criar o sentimento nacional de que os novos Estados-nação tinham necessidade. Não obstante, eles foram chave nesse processo, em especial no período anterior a 1914 (Bertonha, 2005, p. 57).

De fato, as escolas e o exército tinham uma importância crucial, pois, por meio desses dois veículos de comunicação, a “língua nacional” poderia ser falada e escrita pela população, mesmo que os dialetos permanecessem e fossem usados no âmbito familiar.

Quanto às diferenças regionais, o Conde Carlo Sforza, em seus estudos sobre a Itália contemporânea, considera que elas datam de antigas civilizações, que tinham as *civitas* (cidades) como base de toda a organização política

e social. A história das cidades é tão longa e tenaz que alcança não apenas Roma, mas a Itália pré-romana. Ele destaca que “os pequenos ciúmes existentes até hoje entre Parma e Piacenza, entre Lunigiana e sua vizinha do sul, a Versilia Toscana, entre Lucca e Pisa, vêm provavelmente de tradições anteriores a Roma, como as notáveis diferenças entre seus dialetos” (Sforza, 1945, p. 139). Para Sforza, a força vital das cidades foi raramente destruída e enfatiza que

Todo italiano é profundamente italiano por sua herança comum de língua e pensamento: mas no íntimo de seu coração é mais veneziano, lombardo ou napolitano, sem no entanto deixar de pertencer ao lar comum. É por essa razão que o italiano sente certo embaraço ao encontrar um compatriota cujo acento não revela o solo pátrio [...] (Sforza, 1945, p. 140).

Mas as diferenças mais notáveis são aquelas percebidas entre os italianos oriundos do Norte da Itália e aqueles oriundos do Sul. Assim, para entendermos o porquê dessas diferenças, é preciso retroceder um pouco na história dessas duas regiões.

Para Bertonha (2005), não é fácil definir com clareza quando começaram a surgir as diferenças entre o Norte e o Sul. Possivelmente, essas diferenças já tinham dado sinal no período pré-romano, com os gregos instalados no Sul, e os germanos, no Norte. Já a diferenciação atual, principalmente em termos culturais, é possível que tenha se originado na Idade Média, no momento em que o Norte ficou mais próximo da Europa, e o Sul, do mundo mediterrâneo. No decorrer do tempo e com a unificação da Itália, essas distinções foram se acentuando, visto que Norte e Sul tinham padrões de desenvolvimento econômicos diferentes e as culturas não eram totalmente incompatíveis, mas também não eram exatamente iguais. Na Itália Meridional, estavam localizadas as grandes propriedades; porém, a população era pobre, mais pobre que a do Norte, e seus hábitos causaram espanto e até medo às elites do Norte, que consideravam o Sul uma região desconhecida, até mesmo assustadora, povoada por “bárbaros”, “africanos” etc. Outro problema era a Máfia, considerada uma das “doenças” do Sul. Assinala o autor: “(...) não espanta como, em particular no período pré-1914, os governos italianos, dominados pela elite do Norte, oscilassem entre ignorar os italianos do Sul, vistos como um ‘caso perdido’ para a civilização, e ‘civiliza-los’ à força, via intensa repressão” (Bertonha, 2005, p. 68). Somando-se a isso, também havia o problema da economia: o Norte sempre foi mais rico que o Sul. Neste contexto, “como reflexo dessa situação de longo prazo, o preconceito dos italianos do Norte contra os do Sul tem sido permanente e contínuo” (Bertonha, 2005, p. 69).

Muitas vezes, como consequência, esses preconceitos foram levados para fora da Itália pelos emigrantes.

Emigração para o Brasil

Foi pensando no trabalho que centenas de milhares de italianos, após a unificação, e até mesmo antes⁸, emigraram das suas regiões e dirigiram-se para o Brasil. Os principais fatores que contribuíram para esta emigração, segundo Trento (1989, p. 30), foram de ordem econômica e demográfica. Além disso, ele afirma que a miséria foi outro fator decisivo, tal como se vê na sua frase: “Miséria! Esta a verdadeira e exclusiva causa da emigração transoceânica entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial”.

Os primeiros anos do século XIX marcaram o início da chegada dos imigrantes de origem italiana no Brasil. Esse fenômeno intensificou-se a partir do início da década de 1870, principalmente para o Sul do Brasil. Antes desse período, a vinda de imigrantes era esporádica e, sobretudo, não organizada. Porém, a emigração italiana ocorreu de forma diversificada conforme apresentado na Tabela 1 (procedência regional referente ao período de 1876-1920).

Tabela 1. Emigração italiana para o Brasil por regiões, 1876-1920.

REGIÃO	EMIGRANTES	REGIÃO	EMIGRANTES
Vêneto	365.710	Sicília	44.390
Campânia	166.080	Piemonte	40.336
Calábria	113.155	Puglia	34.833
Lombardia	105.973	Marche	25.074
Abruzzi/Molise	93.020	Lazio	15.982
Toscana	81.056	Umbria	11.818
Emilia Romagna	59.877	Liguria	9.328
Basilicata	52.888	Sardenha	6.113
TOTAL	1.243.633		

Fonte: Commissariato Generale dell'Emigrazione, Annuario Statistico dell'Emigrazione Italiana dal 1876 al 1925. In: Alvim (1986, p. 62).

Pode-se observar que, dentre os imigrantes que aqui chegaram, destacam-se os oriundos do Sul e do Norte, tendo o Vêneto o maior número de emigrados, enquanto que, do Centro do país a presença mais significativa foi da Toscana. Trento (1989) e Alvim (1986) apontam que durante muito tempo estudiosos consideravam que o maior contingente de imigrantes era composto por meridionais, mas ficou comprovado que o maior grupo era de vênets.

O Estado de São foi o destino dos maiores contingentes de italianos, sobretudo nas zonas cafeicultoras em expansão. De fato, os imigrantes italianos constituíram o núcleo mais importante do fluxo imigratório. Para se ter uma idéia, segundo Trento (1989), entre 1888 e 1914, 44,7% da imigração total deste Estado era representada pelos italianos, seguidos pelos espanhóis (19,2%) e pelos portugueses (15,4%). Os dados apontam que o Estado de São de Paulo foi a meta de 67% da emigração italiana para o Brasil entre os anos de 1889 e 1919, destacando-se a década de 1900 a 1909 que representou 79% dos emigrados.

No caso de Araraquara, por exemplo, dentre os estrangeiros que nesta cidade entraram, “os imigrantes italianos formavam a maior parte do contingente do comércio local, nas mais diversas atividades artesanais, de balcão e outras, do mesmo modo que eram majoritários como colonos nas fazendas” (Brandão e Telaroli, 1998, p. 41).

Associações italianas de socorro mútuo em Araraquara

Società Italiana di Beneficenza

Vimos que, em Araraquara, existiram duas associações que congregavam, por um lado, italianos oriundos do Norte da Itália e, por outro, italianos oriundos do Sul. Essas associações foram criadas para defesa dos interesses comuns da colônia italiana, conservando um sentimento ligado ao seu local de nascimento. Caracterizavam-se como associações de socorro mútuo e de beneficência, ou seja, além de socorrer seus próprios sócios em momentos de necessidade – doença, invalidez, funerais, auxílio aos familiares dos sócios após a sua morte etc. –, atuavam também com o fim de prestar socorro aos italianos, independente de sua procedência, que se encontravam em estado de indigência. Também faziam ações de caridade em prol de instituições carentes.

A *SIB* foi fundada em 5 de outubro de 1901 por cinco italianos: 1- Luigi Selleri, 2- Giuseppe Silvestri, 3- Alberto Cestari, 4- Domenico Carlini e, 5- Cesare Zopparoli.⁹ Era administrada por membros cujas atividades profissionais se diversificavam: pequenos comerciantes, profissionais liberais e funcionários públicos e privados. Sua diretoria era composta por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um vice-secretário, um tesoureiro e seis conselheiros, todos escolhidos por votação secreta e de caráter voluntário. Contava também com um zelador e um administrador, cujos cargos eram os únicos remunerados.

⁸ De acordo com Trento (1989, p. 15), “podemos falar de presença italiana no Brasil desde a época do seu descobrimento”.

⁹ De acordo com o Censo de Araraquara do ano de 1902 (ARQUIVO Público Histórico “Rodolpho Telaroli”, Araraquara-SP): 1- 27 anos – sapateiro, 2- 42 anos – marceneiro, 3- 32 anos – pintor, 4- 32 anos – fabricante de licor e, 5- não há informações.

Essa remuneração variava de cinco mil réis para o administrador e de quinze mil réis para o zelador (durante todo o período de 1908 a 1918). O processo de admissão para sócios era rigoroso. O proponente deveria ser apresentado por dois sócios da diretoria; ter até 50 anos de idade; ser italiano ou descendente deste; morar em Araraquara ou no município; pagar uma jóia no valor de dez mil réis e um mil réis referente ao estatuto.

Na Assembléia do Conselho do dia 9 de janeiro de 1909, o candidato a sócio Andréa Boccucci, já conhecido pelos membros da diretoria, teve que apresentar um documento comprovando o dia do seu nascimento, porque houve dúvidas por parte dos mesmos em relação a sua idade. O mesmo ocorreu na Assembléia do dia 11 de maio deste mesmo ano com Giuseppe Pinozanutti, que também precisou comprovar a sua idade. No entanto, em Assembléia do ano anterior realizada no dia 12 de setembro, Savino Gradella teve seu pedido de admissão recusado, pois tinha mais de 50 anos de idade. De fato, esse tipo de restrição é compreensível uma vez que a associação desempenhava o papel de seguro-saúde e pecúlio para a velhice. Um caso particularmente interessante ocorreu no ano de 1911, Ata nº 432, quando foi aceito o pedido de admissão de Carmine Bontempo, 33 anos, filho de Samuel Bontempo e de Maria Bontempo, todos nascidos em Campobasso – Molise, região Sul da Itália. Partindo de um histórico de tantos preconceitos entre as duas regiões – Norte e Sul – chega a ser bizarro tanto o pedido para admissão, visto que existia a *SIMS*, como a aceitação do pedido por parte da *SIB*.

O histórico da associação demonstra a necessidade do grupo em fazer cumprir o papel assistencial. Nesse sentido, mantinha um convênio com o Hospital Umberto I, em São Paulo, onde pagava uma cota anual de sessenta mil réis. No dia 30 de agosto de 1910, por exemplo, foram apresentadas e deliberadas as despesas do sócio Giuseppe Cristiani: vinte e dois mil réis referentes a viagem de ida e volta ao Hospital Umberto I, treze mil réis referentes ao hotel e cinco mil réis pelas despesas de viagem, totalizando quarenta mil réis. As formas mais comuns de assistência e que estão registradas em praticamente todas as Atas são por meio de medicamentos, visitas médicas e subsídios em gêneros alimentícios. Para se ter uma idéia, na Ata da Assembléia do dia 1º de outubro de 1910 foram destacadas diversas ordens de pagamentos, entre elas: cinquenta mil réis ao Dr. Antonio Picarone¹⁰ pelas visitas aos sócios e quatro mil réis destinados à Farmácia Raia pelos medicamentos fornecidos. No ano anterior, na Assembléia do dia 23 de setembro, a viúva Mariana Alfonso de Giacomo foi atendida em seu pedido para um subsídio. O valor

deliberado foi o de vinte mil réis em gêneros alimentícios. O trabalhador agrícola Pietro Bertassi, morador em Guarapiranga, também teve seu pedido de subsídio deliberado. Este ocorreu em 11 de março de 1918. Pretendendo curar-se de uma ferida na perna esquerda o trabalhador requereu o subsídio para pagamento do bilhete da passagem de Araraquara a São Paulo. Neste caso, o vice-presidente ficou encarregado de acompanhá-lo até a estação ferroviária, comprar-lhe o bilhete e fazê-lo assinar um recibo.

A preocupação com o assistencialismo caminhava lado a lado com a necessidade de reforçar os laços de solidariedade. O “Jornal de Notícias” de Araraquara, editado no domingo do dia 4 de julho de 1909, trazia uma trágica notícia:

“Os tremores de terra em Catanzaro – Estragos produzidos”.

Roma, 3 – Notícias recebidas de Catanzaro relatam fortíssimos tremores de terra sentidos allí. A população fugiu das casas receando desabamento (Arquivo Público Histórico “Rodolpho Telarolli”, Araraquara-SP).

Já fazia meses que o Sul da Itália vinha sofrendo as consequências de fortíssimos terremotos. Alguns meses antes, em reunião Extraordinária da Assembléia do dia 31 de dezembro de 1908, os membros da *SIB* já haviam manifestado o interesse em cooperar com seus patrícios. O sócio Enrico Lupo “propõe um voto de condolência às famílias da Calábria e da Sicília que foram abatidas novamente pela desgraça” (*SIB*, Livro de Atas, p. 45) e pede que a *Società* concorra com um subsídio. Toda a Assembléia se associa a nobre iniciativa e delibera uma ajuda. Para tal, a Assembléia pede que seja divulgada a seguinte nota no jornal “O Popular”:

A SIB, reunida em Assembléia Extraordinária, envia votos de sinceras condolências aos fortes filhos da baixa Itália que mais uma vez estão padecendo dos meios cruéis da natureza e delibera por unanimidade de votos que os lucros obtidos na tómbola, que ocorrerá dia 3 de janeiro de 1909, será em benefício daquelas desventuradas famílias (SIB, Livro de Atas, p. 45v).

O recurso financeiro da *SIB* advinha das jóias pagas por ocasião das matrículas, das mensalidades no valor de dois mil réis, que permaneceram sem alteração até 1918, eventuais doações e lucros do jogo da tómbola nos períodos de maiores necessidades. As questões financeiras expressam

¹⁰ Foi presidente da *SIU* durante o período de 1921 a 1922.

as dificuldades do grupo em gerir seus objetivos sociais e, por isso, constantemente, usavam de artifícios como o jogo da tómbola para refazer o caixa. O abalo no fluxo de caixa era causado, sobretudo, pelo não pagamento das mensalidades por parte dos sócios. Na Assembléia do dia 6 de janeiro de 1916, por exemplo, foi apresentada a relação dos sócios com as mensalidades atrasadas e verificou-se que entre eles havia sócios com atrasos de até vinte e dois meses. Nesta reunião, foram cancelados do quadro social 39 sócios. Contudo, mesmo com as dificuldades financeiras que freqüentemente passava, quando ocorreu a fusão com a *SIMS* seu patrimônio consistia em: imóvel da sede social, um terreno com uma pequena casa, depósitos no Banco de Araraquara e dinheiro em caixa referente às mensalidades.

Durante seu trajeto ficou demonstrado o fervor de questões, de polêmicas e de renúncias. Na Assembléia do dia 1º de outubro de 1910, estavam em pauta os preparativos para o nono aniversário da *Società* que, pela primeira vez, não foi comemorado. Após diversas discussões entre os sócios, o Sr. Ermínio Canton pediu que não fosse comemorada a festa de 5 de outubro, porque “muitos sócios não [participavam] das reuniões das Assembléias e [faziam] pouco caso dos assuntos referentes a esta”. O Vice-Presidente confirmou e disse que “[havia] pouca harmonia entre os sócios” (*SIB*, Livro de Atas, p. 73). Contudo, se em certos períodos alguns laços precisavam ser reconsiderados, no transcorrer de sua existência não foi abalada a importância da noção de solidariedade. Questões assistencialistas e monetárias sempre cumpriram seu papel protetor.

Società Italiani Uniti

Como explicitado anteriormente, a *SIU* nasceu da fusão da *SIB* e da *SIMS*. Sua cúpula era formada por membros ilustres, influentes e bem sucedidos financeiramente. Suas ocupações eram as mais diversas: comerciantes, industriais, engenheiros, médicos, entre outros, todos defensores da italianidade. Assim como as outras duas associações, esta também se caracterizava como uma associação de socorro mútuo. Também atuava com fins filantrópicos, fazendo doações expressivas que eram anunciadas pela imprensa local e que lhe davam o *self-respect*. Ademais, a *SIU* tinha a preocupação em auxiliar a educação dos sócios e, não por acaso, mantinha uma biblioteca e uma sala de leitura em sua própria sede. Ela funcionava como espaço de sociabilidade promovendo espetáculos teatrais e musicais, exibição de filmes,

quermisses, jogos de futebol etc., dos quais participavam não só a colônia italiana como a elite local. Do mesmo modo, também comemoravam o aniversário de fundação da associação como uma festa cívica, com bailes musicais incluindo a execução do hino patriótico e exaltando o sentimento de italianidade. Da renda desses eventos, das taxas de admissão, das mensalidades dos sócios e dos donativos é que a associação formava seu fluxo de caixa. A cota única dos sócios perpétuos e beneméritos também reforçava o caixa e, se estava com problemas financeiros, a própria diretoria iniciava uma subscrição que se estendia aos sócios. No entanto, além do que já foi mostrado, a *SIU* funcionava como centro de filiação ao *Fascio Italiano All’Estero*, onde, segundo Trento (1989), já em 1932 Araraquara localizava-se um dos mais importantes centros do PNF, cujo secretário era Giuseppe Aufiero.¹¹

Ao longo da sua existência a *SIU* constituiu três estatutos: o primeiro foi aprovado em 1921, o segundo em 1931 e o terceiro em 1938. Em seu primeiro estatuto objetivava a união, a instrução, educação moral e a beneficência entre os italianos. Também se propunha manter e desenvolver o sentimento de italianidade e o espírito de fraternidade entre os compatriotas.

De acordo com o primeiro estatuto, a administração da *SIU* era entregue a uma direção composta por vinte membros: um presidente, um vice-presidente, um secretário, um vice-secretário, um tesoureiro, onze conselheiros, três censores (revisores de contas) e um administrador. Todos os cargos eram voluntários e eleitos por votação secreta. Com exceção dos sócios honorários e beneméritos, todos os outros de qualquer categoria poderiam discutir e votar, desde que estivessem em dia com as mensalidades. Durante o período de existência da *SIU* passaram por sua administração um pouco mais de cem membros dirigentes. Contudo, apesar da multiplicidade na direção da associação, verifica-se que determinadas figuras concentraram nas mãos, por muito tempo, os cargos de presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, administrador e conselheiro. Traçando-se um quadro dos trinta e oito membros que ocuparam cargos eletivos por mais de três gestões tem-se um histórico da associação.¹² Desse quadro destacamos, em seguida, aqueles que pertenciam as duas primeiras associações (*SIB* – *SIMS*), de acordo com as informações disponíveis nas Atas.

Luigi Selleri foi um dos fundadores da *SIB* e presidente da mesma durante o período de 1909-11, 1916 e 1918, sendo também conselheiro no ano de 1911. Apesar de ter ocupado cargos na *SIU* somente até 1924, na

¹¹ Giuseppe Aufiero era um conceituado médico da cidade de Araraquara. Foi presidente da *SIU* durante o período consecutivo de 1923 a 1940, ou seja, praticamente durante todo o período de atividades da mesma (1920-1940). Anterior a ele um outro médico, Antonio Piccarone, ficou na presidência durante o período de 1921-1922, como citado anteriormente. Além de Aufiero, presume-se que boa parte da cúpula dirigente era filiada ao PNF. Isto, conforme pudemos verificar em leitura das atas, cujos discursos são carregados de sentimentos de italianidade, amor à pátria distante e adoração ao *Duce*.

¹² Ver Anexo I.

Assembléia do dia 23 de janeiro de 1937 foi aclamado para presidir a sessão. Andréa Vigorito assinou como presidente da *SIMS* na ocasião da fusão. Giuseppe Opice era membro da *SIB*.¹³ Augusto Bignardi era membro da *SIMS*. Pietro Galeazzi foi vice-presidente da *SIB* em 1908 e também ocupou o cargo de conselheiro em 1911. Antonio Zerbini foi vice-presidente da *SIB* em 1916. Gregório Angelieri e Nicola Barbato eram membros da *SIMS*. Silvério Minervino era membro da *SIB*. Giuseppe Donzelli foi conselheiro da *SIB* em 1916 e também ocupou o cargo de vice-presidente em 1918. Paolo Alimonda ocupou o cargo de conselheiro da *SIB* em 1908 e também foi secretário em 1911. Enrico Lupo foi presidente da *SIB* em 1908 e conselheiro em 1911. Antonio Blundi di Ferdinando, Michelli Loria, Francesco Palamone, Enrico Somenzari, Enrico Dall'Acqua eram todos membros da *SIB*. Alberto Cestari também foi um dos fundadores da *SIB* ocupando o cargo de secretário em 1908, 1911 e 1918 e, de vice-secretário, de 1909-11. E por fim, Alessandro Zaranella que era membro da *SIB*.

Contudo, o perfil do grupo pode ser entendido por meio do processo de admissão. Assim, poderiam ser sócios aqueles que tivessem bons costumes e reputação ilibada, que estivessem pelos menos há seis meses em Araraquara ou no município e que tivessem de 18 a 50 anos de idade. Também poderiam ser admitidos sócios com idades mais avançadas, estes, porém, não tinham o direito à beneficência. Os sócios eram divididos em cinco categorias: a) *fundadores* eram aqueles que faziam parte das duas associações na ocasião da fusão; b) *perpétuos* eram aqueles que, na condição de efetivos, pagassem uma contribuição de trezentos mil réis no ato da admissão, permanecendo isentos de contribuição mensal; c) *beneméritos* eram aqueles que, independentemente da nacionalidade, contribuíssem com uma cota não inferior a quinhentos réis, caso o conselho reconhecesse o merecimento; d) sócios *honorários* eram aquelas pessoas que, propostas pelo conselho, fossem dignas em virtude dos grandes serviços materiais ou morais que tivessem sido prestados aos patrícios, à Itália ou à humanidade; e) os sócios *efetivos* eram todos os cidadãos italianos, oriundos da província italiana ou filhos de pais italianos. Aos sócios beneméritos e honorários apenas cabia o direito de assistir às conferências e às festas da *SIU*, não podiam discutir nem votar na Assembléia. A admissão dos sócios efetivos e perpétuos era de competência da Diretoria que, reunida em sessão, obedecia as seguintes formalidades: o candidato a fazer parte da *SIU* deveria apresentar pedido por escrito, firmado por dois sócios e pelo proponente indicando o nome, sobrenome, filiação, idade, profissão, estado civil e local de nascimento; o pedido era fixado num quadro da sala social por oito dias seguidos e era

favoravelmente aceito se não houvesse oposição por parte de um ou mais sócios. Em caso de oposição, o conselho deliberava com o voto secreto, e, rejeitada a admissão, ele não era obrigado a dizer as razões pelas quais havia sido recusado o pedido.

Ainda fazendo referência aos sócios, o Capítulo XII de seu primeiro estatuto – “Da exclusão dos sócios” – continha regras rigorosas como aquelas que expulsaram o sócio Giuseppe Donzelli. Em Assembléia Geral do dia 10 de novembro de 1928, o secretário Augusto Zenerin, substituindo o presidente e o vice-presidente porque estavam viajando, colocou em pauta um incidente que, segundo suas palavras, “por amor à pátria não deveria divulgar, mas o sócio Giuseppe Donzelli seria expulso do rol social” (*SIU*, Livro de Atas, p. 150). Contudo, um grupo de sócios pediu que fosse feita a leitura dos documentos que motivaram a aceitação da demissão de Donzelli. O secretário fez a leitura de uma carta que denunciava que o Sr. Donzelli, na ocasião da calamidade que atingiu a Itália com a erupção do vulcão Etna, expressou o desejo que a lava do vulcão destruísse toda a Itália ou todos os italianos, porque agora era naturalizado brasileiro. Além do mais, esse desejo foi expressado em local público onde estavam presentes diversas pessoas que confirmaram o ocorrido. Ao tomar conhecimento, a direção da associação formou uma comissão e um dos membros, o Sr. Loria, pediu para que o “Sr. Donzelli retirasse a expressão maldosa e fizesse uma declaração que provasse as suas desculpas” (*SIU*, Livro de Atas, p. 151). No entanto, ao contrário do que foi pedido, o Sr. Donzelli sustentou o que havia dito. Em vista disso, a Assembléia, por meio de diversos sócios, pediu a expulsão do referido sócio baseada nos Artigos 52º e 53º do estatuto que rezava que seriam expulsos: o primeiro, “b) aqueles sócios (...) que forem culpados por faltas graves, com a *Società*, com a pátria e com a humanidade” e o segundo, “b) que trouxerem graves danos morais (...) à *Società*” (*SIU*, Livro de Atas, p. 55-56).

Em relação às Assembléias, estas se dividiam em Ordinárias e Extraordinárias. As Assembléias Gerais Ordinárias ocorriam no primeiro sábado de janeiro, primeiro sábado de abril, primeiro sábado de julho, primeiro sábado de outubro e no primeiro domingo de dezembro. Nelas eram discutidas e passadas por aprovação as gestões tanto financeiras como do ponto de vista moral das atividades que haviam sido desenvolvidas pela associação. Por sua vez, as Assembléias Gerais Extraordinárias poderiam ser convocadas pelo presidente, pelo conselho ou quando a quarta parte dos sócios achasse necessária sua convocação. Durante a existência da *SIU* foram convocadas 14 Assembléias Extraordinárias, cinco delas quando ocorreu a

¹³ Vale ressaltar que outros membros de sua família também eram sócios da *SIB*.

fusão em 1920 e as outras distribuídas, sobretudo, no período referente ao primeiro estatuto (1921-1930). A meta da associação neste período foi a construção da casa social, cuja inauguração ocorreu no dia 8 de fevereiro de 1926. O jornal “Gazeta do Povo – Trisemanário Imparcial Araraquara” do dia 7 de fevereiro deste mesmo ano anunciava

S. Exa. O embaixador da Itália, junto ao governo do Brasil, Barão Giulio Cezare Montagna, acompanhado do real cônsul geral de São Paulo e do seu secretário, chegará no dia 8 de corrente a esta cidade em visita para trazer a saudação do Governo e da Pátria. Convidam-se todos os italianos de Araraquara e das cidades circunvizinhas para a recepção daquelles titulares, 12:30 horas daquelle dia, e a acompanhar os festejos que em seguida terão lugar na sede da Sociedade Italiani Uniti, cujo edificio social por essa ocasião será inaugurado. Por ocasião dessa inauguração, que se realizará às 20:00 horas, fallará S. Exa. O Barão Cezare Montagna. Está, pois, de parabéns a digna colônia italiana que não deixará de prestar o seu concurso para o maior realce e brilhantismo dessas grandes solenidades e manifestação de apreço (Arquivo Público Histórico “Rodolpho Telarolli”, Araraquara-SP).

Neste ano, devido a construção da sede social, as finanças da associação estavam em baixa e os ânimos dos sócios estavam alterados. Duas Assembléias Extraordinárias foram convocadas. A primeira, no dia 16 de janeiro, foi convocada por meio de uma comunicação escrita pelo sócio Luigi Selleri e firmada por uma comissão composta por oito sócios. Eles protestavam contra a deliberação da Assembléia do dia 2 de janeiro, que elevou a taxa de admissão de dez mil réis para cinquenta mil réis e a mensalidade de cinco mil réis para dez mil réis, em prol da construção da nova sede. Em meio a inflamadas discussões ficou estabelecido fazer uma nova votação. Antes de proceder a votação, o Vice-Presidente Sr. Augusto Bignardi, que substituiu o Presidente Giuseppe Aufiero por ocasião de uma viagem à Itália, fez um longo discurso para tentar retomar a harmonia entre os sócios:

Senhores! (...) Sejamos francos e conscientes para votar, ouçam todos a sua própria consciência, esqueçam os conselhos dos falsos amigos e vejam se podem, conscientemente, fazer um pouco de sacrificio, um sacrificio pelo bem de todos e da colônia em nome de nosso país. De que vale o dinheiro se não é empregado utilmente. Teremos sempre presente que a associação deverá ser como a altar da pátria onde iremos segurar o irmão e perdoar os erros, derrotando a nossa ambição

e reencontrando o ardor para vencer todas as adversidades. Esta sede deve ser digna de vocês e de todos nós, deixando os corvos de mau agouro lá fora, aqueles corvos que tentam desunir os nossos ânimos. Quem entrar com o sorriso nos lábios dará e encontrará a paz, o amor, a fraternidade, o repouso após o trabalho, a bondade e a palavra de conforto de todos e antes de acusar e de atirar a pedra, perguntem sempre: nós somos inimigos? Se estes estão presentes sabem quem são. (SIU, Livro de Atas, p. 116-117).

O assunto foi posto em votação e resultou no seguinte: 31 sócios aprovaram os aumentos, 45 responderam que não e houve seis abstenções. Em vista do resultado, tanto a taxa de admissão quanto à mensalidade não sofreram aumentos. Contudo, o discurso e o resultado não bastaram para conter a desarmonia entre os sócios. Em Assembléia Extraordinária realizada no dia 2 de junho de 1926, a segunda deste ano, o sócio Dr. Domenico Gatto fez uma grave observação

Senhores! Em qualquer dia na cidade e, precisamente nos cantos, fala-se da Italiani Uniti de tal forma que parece que os sócios que a compõem encontram-se em completo desacordo; que a associação é mensageira do caos e, se não bastasse, as pessoas que estão falando isso dos sócios são brasileiros e estrangeiros. Isso é uma inconveniência e prejudica o prestígio privado de todos nós. Devemos estar convictos que o único expoente da colônia desta cidade é a nossa associação. Temos a obrigação de evitar, por qualquer razão, que falem mal e tomar as providências necessárias para evitar fazer a formação de grupos dissidentes na praça e, quando houver, vamos modificar o procedimento de criticar em sociedade. Esta é a forma mais indicada para tornar público o quanto consideramos a nossa casa. (SIU, Livro de Atas, p.128).

Um indício dessas desavenças já poderia ser vislumbrado desde a Assembléia Ordinária do dia 2 de janeiro do referido ano, se prolongando também na Assembléia Ordinária ocorrida em 10 de abril e continuando até a convocação desta Assembléia Extraordinária, cujo pedido foi firmado por 73 sócios. Nesta sessão estavam presentes 87 sócios e o objetivo da convocação era “pacificar e restituir a consciência dos sócios da retidão do Conselho e esclarecer as interpretações que [estavam] sendo dadas ao estatuto no que se refere aos deveres e direitos sociais” (SIU, Livro de Atas, p. 124). Afora as desavenças pessoais, parece que todas as discussões resultaram no entendimento dos sócios.

No entanto, na Assembléia Geral Ordinária do dia 12 de julho de 1930, um pequeno episódio tomou conta da

pauta desta sessão. Como referido anteriormente, a associação também funcionava como centro de filiação ao Partido Nacional Fascista, contudo, parece que nem todos os sócios compartilhavam com a diretoria das mesmas idéias. Nesta sessão, o Sr. Loria pediu a palavra e disse que “a casa deve ser procurada pelo fato de um jornal subversivo ter publicado uma coisa muito sem graça da nossa *Società*, que corresponde com as idéias muitas vezes expressadas pelo Sr. Mattalia” (*SIU*, Livro de Atas, p. 162). Em seguida, o Presidente Giuseppe Aufiero pediu a palavra e disse que

a direção tem procurado sempre manter a harmonia entre os sócios e a prova disso é o fato de ter aceitado no seio da Società o Sr. Mattalia, mesmo sabendo que é avesso ao princípio do regime do nosso governo, que é apreciado por quase toda unanimidade dos sócios (*SIU*, Livro de Atas, p. 163).

O Sr. Mattalia expressou seu arrependimento e a diretoria encerrou o assunto.

Tanto nas Assembléias Ordinárias como nas Extraordinárias poderiam apenas ser discutidas a ordem do dia pela qual haviam sido motivadas, não podendo ser tratados outros assuntos. Como mencionado anteriormente, todos poderiam discutir e votar nas Assembléias, a condição imposta era estar em dia com as mensalidades. Então, com o direito à palavra, os sócios podiam fazer propostas e perguntas ao conselho, assim como levantar questões obedecendo sempre à ordem do dia. A palavra ao sócio era concedida pelo presidente segundo uma ordem de inscrição que se fazia levantando a mão; ao sócio, contudo, era vetado falar mais de três vezes sobre o mesmo argumento, e não podia desviar-se dele. Em caso de ofensas, o presidente pedia para o ofensor retirar a frase ofensiva e, não sendo obedecido, ele suspendia o uso da palavra, e, se os sócios não voltassem à calma nas Assembléias, a sessão era suspensa. Em caso mais grave o presidente poderia suspender a sessão por até oito dias. Para ter validade, a Assembléia Geral de primeira convocação teria que contar com a presença da metade mais um dos sócios, mas, se este número não fosse alcançado, passava para segunda convocação, uma hora depois de estabelecida a primeira, com a presença de pelo menos trinta sócios. Caso não fosse possível haveria a de terceira convocação oito dias depois com qualquer número de sócios em pleno exercício de seus direitos sociais. No entanto, era comum não haver número de sócios suficientes para primeira convocação tanto das Assembléias Ordinárias como das Extraordinárias. De um total de 89 Assembléias durante a sua trajetória, verificou-se que: 4 foram de primeira convocação, 39 de segunda convocação, 7 de terceira convocação e das 39 restantes não constam informações.

O capítulo do estatuto que trata da beneficência rezava que a associação teria um fundo social que seria formado pela prevalência de 20% sobre as contribuições mensais para auxiliar os sócios reconhecidos como necessitados em casos de doença, desgraça ou morte. Para que os sócios fossem socorridos, estes teriam que fazer um pedido verbal, por escrito ou por meio de um sócio. O Conselho Diretor, tomando conhecimento de tal necessidade, resolveria qual o socorro poderia prestar, de acordo com a necessidade do sócio e com os fundos sociais pelos quais a associação poderia dispor na ocasião.

Em outro capítulo, a língua oficial a ser adotada era a italiana. A associação deveria conservar-se afastada de qualquer questão política, respeitando todas as crenças, opiniões e contribuições com todos os esforços para o progresso humano. E o seu último artigo rezava que a associação continuaria a existir até que tivesse sete sócios. Vindo a faltar um, seria considerada encerrada e os fundos sociais seriam encaminhados em benefício de um trabalhador italiano.

O segundo estatuto da *SIU* foi aprovado em junho de 1931. Agora bem mais ampliado, o mesmo trazia diversas modificações, entre elas: a extinção da categoria de sócio perpétuo, permanecendo apenas as outras, mas com algumas modificações; as taxas de admissão foram fixadas em vinte mil réis e as mensalidades em cinco mil réis; a direção da associação ficaria composta por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro, um administrador e seis conselheiros, ou seja, ficou extinto o cargo de vice-secretário e diminuiu o número de conselheiros, mas três censores efetivos e dois censores suplentes colaborariam com o Conselho Diretor; as Assembléias Gerais ocorreriam, agora, no primeiro sábado de janeiro, no segundo sábado de julho, no último sábado do mês de novembro e no segundo domingo de dezembro, desse modo, de cinco sessões por ano passou a ter apenas quatro; também ficou extinta a Assembléia de terceira convocação; a língua oficial permaneceria a italiana, mas em razão da autoridade local e com a terça parte do Conselho Diretor seria autorizado a fazer uso da língua portuguesa. Em compensação, aumentou a importância que o Conselho Diretor poderia reter para beneficência, que no primeiro estatuto era de 20%, neste seria de 25%. Quanto à duração da associação, esta seria ilimitada até que o número de sócios fundadores se reduzisse a seis componentes, então seria extinta. Contudo, diferente do primeiro estatuto, o seu patrimônio passaria a ser de propriedade absoluta do Reino da Itália. E nesta fase a associação já havia constituído um considerável patrimônio. Enfim, trata-se de um estatuto com sessenta artigos e não teríamos espaço para uma discussão maior sobre eles.

Os anos 20, início da *SIU*, caracterizaram-se como um tempo produtivo tanto financeiramente como de

prestígio para os membros dirigentes e também para a associação. Eles conseguiram cumprir sua meta principal, a construção da sede social. Também cumpriram outras metas mais gerais, a compra da mobília para a sede, um telefone, um piano, amplo espaço para jogos, uma diversificada biblioteca etc. Enfim, foram anos de grandes realizações. A partir dos anos 30, a definição e execução dos objetivos sociais alteraram-se. A reformulação do estatuto social demonstra a preocupação por valores do grupo e princípios morais baseados, acima de tudo, num sentimento de italianidade e de amor à pátria distante. Parece que o quadro social da *SIU* sofreu algumas alterações numéricas neste período referente ao segundo estatuto (1931-1937).¹⁴ É possível, além de outros fatores, que esse decréscimo possa ser fruto de uma primeira geração de sócios que começou a envelhecer, adoecer e/ou falecer. Esta diminuição pode ser sentida se compararmos o número de participantes nas eleições desde a sua fundação até a última Assembléia Ordinária Eleitoral (Tabela 2).

Tabela 2. Participação dos Sócios nas eleições.

MÊS/ANO	Nº SÓ- CIOS	MÊS/ANO	Nº SÓ- CIOS
Janeiro/1921	95	Dezembro/1929	68
Dezembro/1922	80	Dezembro/1930	94
Dezembro/1923	48	Dezembro/1931*	34
Dezembro/1923	69	Dezembro/1932	27
Dezembro/1924	59	Dezembro/1933	30
Dezembro/1925	59	Dezembro/1934	40
Dezembro/1926	97	Dezembro/1935	21
Dezembro/1927	58	Dezembro/1936	26
Dezembro/1928	39	Dezembro/1937	23

Fonte: *SIU*, Livro de Atas, diversas páginas.

* Em grifo período referente ao segundo estatuto. Compilado pela autora.

De fato, verifica-se que há um declínio na participação dos sócios nas eleições do período que compreende os anos de 1931 a 1937. Isso, certamente, começou a refletir economicamente, pois na Assembléia de janeiro de 1933, o tesoureiro apresentou o balanço anual com um alto débito que precisaria ser saldado. Entre as diversas propostas apresentadas, foi aprovada a do Sr. Rômulo Lupo, que tinha como objetivo a admissão de sócios numa nova modalidade, a de freqüentadores. Esta proposta, além de abrir espaço para indivíduos de outras nacionalidades, contava com uma

cota mensal de cinco mil réis. Era imprescindível, contudo, que o candidato a sócio nutrisse um sentimento de simpatia pela Itália. Assim, foi estabelecida uma norma geral para tais sócios, cujo conteúdo incluía, por exemplo, que estes não poderiam votar e nem serem votados, assim como era expressamente proibido fazer propaganda ou discutir política na sede social. Na Assembléia Geral de novembro deste mesmo ano, o Presidente se congratulou com os componentes do Conselho por terem obtido melhores condições financeiras e por terem liquidado o débito da associação. Nos anos posteriores, a associação conseguiu manter um saldo positivo, mesmo com um número de sócios sempre limitado, conforme informou Luigi Selleri, quando presidiu à Assembléia em fevereiro de 1936.

Do início dos anos 30, até a interrupção de suas atividades (1940), percebe-se que há uma ênfase muito maior nas questões que relacionavam a associação ao *Fascio*. Neste período, as Assembléias foram reduzidas a três por ano e eram naquelas ocorridas no mês de janeiro ou fevereiro que se discutiam a relação moral e financeira do ano antecedente. As questões norteadoras da relação moral, se pautavam em ressaltar o sentimento de italianidade, que fervilhava nas comemorações de datas históricas italianas e nas recepções às autoridades consulares e aos membros do *Fascio*. Nos registros das Atas deste período, parece que há a necessidade de mostrar que a *SIU* era o *Fascio* e, por outro lado, o *Fascio* era a *SIU*. O trecho a seguir, extraído da Assembléia Geral do mês de fevereiro de 1935, permite entender, com mais clareza, os laços que a *SIU* mantinha com o *Fascio*:

Na medida das nossas forças, e sempre de acordo com o Fascio local, foi comemorada a data histórica da nossa Pátria, com conferência e entretenimento, que despertaram um vivo entusiasmo na grande quantidade dos conacionais que estavam presentes, e também simpatia da parte das autoridades e convidados brasileiros (...) Para festejar o 28 de outubro, data da Marcha sobre Roma, o Fascio e a nossa Società organizaram um entretenimento para honrar o nosso Cônsul Vecchiotti, com gentil pensamento mandado pelo comissário Salvatore Pisani, que fez brilhante dissertação sobre a data que deu início à Era Fascista (...) A nossa sede, que é também a do Fascio, constitui verdadeiramente a casa dos italianos e, seja na biblioteca, nas revistas e jornais, no esporte ou seja pelo desejo de viver em ambiente italiano, a nossa sede, geralmente, é freqüentada por um bom número de conacionais e amigos que vêm provar da nossa retidão e vontade de fazer o bem (SIU, Livro de Atas, p. 220-222).

¹⁴ Não dispomos do número de sócios que faziam parte da *SIU*.

O terceiro e último estatuto da *SIU* foi aprovado em Assembléia Extraordinária realizada em outubro de 1938. Bem mais reduzido, este continha apenas 42 artigos, entre eles: os cargos do Conselho Diretor agora tinham duração de dois anos; as reuniões seriam realizadas uma vez por ano, na primeira quinzena de janeiro; houve redução na administração, que passou a ser constituída por dez membros, um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro, um secretário, um administrador, três conselheiros efetivos e dois conselheiros substitutos; eram considerados sócios apenas os cidadãos italianos; a sociedade teria existência ilimitada, todavia, se o número de sócios fosse inferior a sete, os sócios remanescentes teriam a faculdade de dissolver a associação. Neste caso, o patrimônio seria doado ao Hospital Umberto I de São Paulo. Contudo, se este não mais existisse, tal patrimônio se destinaria a um instituto de beneficência que, na ocasião, seria indicado pelos sócios remanescentes.

Ocorre que, a partir de 1938, as associações sofreram uma série de imposições por parte do governo brasileiro¹⁵ e, por isso, houve a necessidade da *SIU* modificar seu estatuto. Segundo Trento,

Um elemento que veio enfraquecer todas as sociedades italianas no Brasil foram as leis de exceção do Estado Novo, que, em 1938, estabeleceram a obrigatoriedade de distinguir as associações em nacionais e estrangeiras. Nestas últimas, isto é, nas que mantinham cláusulas discriminadoras de nacionalidade, foi proibida a participação de brasileiros, inclusive naturalizados. É óbvio que a medida teve o efeito de obrigar algumas sociedades a se tornarem brasileiras, mas a opção que prevaleceu foi a italianidade. Neste caso, porém, registrou-se uma diminuição do número de sócios e certa contração das atividades (...) (Trento, 1989, p. 291-292).

De fato, essas cláusulas discriminatórias foram incluídas no estatuto da *SIU* em Assembléia Extraordinária de setembro de 1939; o Artigo 45º ficou com a seguinte redação: “Artigo 45º – Fica expressamente proibida a admissão de brasileiros natos ou naturalizados, ainda que filhos de estrangeiros, em qualquer categoria do quadro social” (*SIU*, Livro de Atas, p. 260). Assim, a *SIU* teve suas atividades interrompidas e com a série decretos impostos pelo governo em 1942, seus bens foram bloqueados e sequestrados.

Aos vinte e seis de julho de mil novecentos e quarenta e seis (...) por Decisão de 19 de novembro de 1943, o

Ministro da Justiça e Negócios Interiores usando da faculdade conferida pelo Artigo 8º do Decreto-lei nº 383 de 18 de abril de 1938, declarou dissolvida e extinta para todos os efeitos, a Società Italiani Uniti (...) Confere ao Dr. Syrtes de Lorenzo (...) poderes para promover no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Cartório da Comarca de Araraquara o cancelamento da inscrição referente a Società Italiani Uniti, da mesma cidade, podendo ainda promover a lavratura da escritura de transferência do patrimônio social em favor da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara (...) (SIU, Livro de Atas, p. 270 e 274).

Considerações finais

Este trabalho se propôs mostrar um universo vivenciado pelos imigrantes italianos ainda pouco estudado no Brasil. As peculiaridades, tanto da *SIB* como da *SIU*, e o caráter preliminar deste trabalho, nos impedem de estabelecer conclusões definitivas. No entanto, algumas considerações podem ser apontadas.

Em Araraquara, a *SIB*, a *SIMS* e a *SIU* constituíram o centro de convivência dos italianos, onde trocavam experiências e lembranças da pátria distante. Além do caráter previdenciário, essas associações também exerceram o papel de preservação da identidade e de solidariedade étnicas.

A *SIB* e a *SIMS* foram fundadas numa época em que a condição de italiano ainda estava subordinada à região e/ou local de origem. Tal contexto não poderia ser outro, pois apesar dos esforços das elites dirigentes italianas para romperem com as distinções regionais, culturais e linguísticas após a unificação, a consciência de grupo ainda estava ligada ao território em que viviam e, conseqüentemente foi levada adiante pelos italianos no exterior.

No entanto, nas primeiras décadas do século XX, uma identidade italiana já despertava gradativamente e, segundo Bertonha (2005, 60), este fato “deve ser atribuído justamente à força do nacionalismo que emanava da Itália”. De fato, a *SIU* foi fundada em meio a este “ideal nacionalista italiano [que] crescia dentro e fora da Itália” (Bertonha, 2005, p. 61). Aliado a isso, estava o regime fascista que tinha como um dos objetivos eliminar qualquer tipo de diferença, fosse ela regional, cultural ou outras, para consolidar uma Itália unida, o que resultou na fusão das duas associações – *SIB* e *SIMS* – originando a *SIU*. De maneira geral, “o grau de coesão que o fascismo conseguiu imprimir às associações italianas de São Paulo foi inédito e este controle se aperfeiçoou muito no decorrer do tempo” (Bertonha, 2001, p. 162). A esse respeito, não é difícil perceber que as associações atraíam muito mais italianos do que os *fasci all'estero*. Mesmo que

¹⁵ De acordo com Trento (1989), também em 1938, em consequência das leis promulgadas pelo governo brasileiro, todas as organizações do PNF no Brasil cessaram suas atividades.

elas não contassem com a total participação da colônia italiana em seu quadro de sócios, os eventos como bailes, quermesses, comemorações, entre outros, sempre contavam com a participação de muitos simpatizantes.

A *SIU* era administrada por uma classe social bem posicionada na colônia italiana em termos financeiros e de prestígio. Segundo Bertonha, informações indiretas indicam que

essas pessoas [de maneira geral] aderiram ao fascismo não só por terem uma relação mais íntima (...) com o Consulado e com os ideais nacionalistas do fascismo e por precisarem de um veículo para expressar sua ascensão social, como também por identificação ideológica com as idéias fascistas advindas de sua posição de classe e de busca de uma ideologia apta a atender seus anseios e medos (Bertonha, 2001, p. 183).

Para o caso dos dirigentes da *SIU*, buscar as razões para tais adesões é tarefa que requer maior aprofundamento na questão. Mas, para além de tal questão, é evidente que a *SIU* foi um importante instrumento capaz de manter viva a italianidade. Para concluir, vale destacar uma pertinente observação assinalada por De Luca (1990, p. 140-141) a respeito dos estatutos das mutuais de estrangeiros: “seus estatutos revelam a existência de um conjunto variado de práticas destinadas a manter vivos os laços com a terra distante, as quais reunimos sob a ampla designação de *sentimento pátrio*”.

Referências bibliográficas

Fontes

ARQUIVO Público Histórico “Rodolpho Telarolli”, Araraquara-SP: Jornais:
Gazeta do Povo – Trisemanário Imparcial Araraquara, 7 de fevereiro de 1926.
Jornal de Notícias – Araraquara, 4 de julho de 1909.
 Censo de Araraquara do ano de 1902.

Fontes inéditas

Livro de Atas das Assembléias da *Società Italiani Uniti* (1920-1940) e Livro de Atas das Assembléias da *Società Italiana di Beneficenza di Araraquara* (1908-1918) – Depositados no Círculo Ítalo-Brasileiro de Araraquara.

Referências

ALVIM, Z.M.F. 1986. *Brava gente!* Os italianos em São Paulo 1870-1920. São Paulo, Brasiliense, 189 p.

- BAILY, S. 1982. Las sociedades de ayuda mutua y el desarrollo de una comunidad italiana em Buenos Aires, 1858-1918. *Desarrollo económico*, 21(21):484-514.
- BATALHA, C.H. 1999. Sociedade de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, 6(10-11):41-68.
- BERTONHA, J.F. 2001. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 448 p.
- BERTONHA, J.F. 2005. *Os italianos*. São Paulo, Contexto, 300 p.
- BESTENE, J.O. 1992. Formas de asociacionismo entre los sirio-libaneses em Buenos Aires (1900-1950). In: F.J. DEVOTO e E.J. MIGUEZ (comps.), *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica. Los italianos en América Latina en una perspectiva comparada*. Buenos Aires, CEMLA-CSER-IEHS, p. 115-133.
- BIONDI, L. 2002. *Entre associações étnicas e de classe. Os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)*. Campinas, SP. Tese de doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, p. 33-111.
- BRANDÃO, L. e TELAROLLI, R. 1998. *Addio bel campanile. A saga dos Lupo*. São Paulo, Global, 176 p.
- CARBONI, F. 2000. Língua e história da Itália na época da grande imigração. In: F. CARBONI e M. MAESTRI (orgs.), *Raízes italianas do Rio Grande do Sul 1875-1997*. Passo Fundo, UPF, p. 37-65.
- CORRÊA, A.M.M. 1975. *História social de Araraquara*. São Paulo, SP. Dissertação de mestrado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 420 p.
- DE LUCA, T.R. 1990. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo, Contexto, 177 p.
- DEVOTO, F.J. 1991. Participación y conflictos em las sociedades italianas de socorros mútuos em Buenos Aires y Santa Fé. In: F.J. DEVOTO, *Estudios sobre la emigración italiana a la Argentina em la segunda mitad Del siglo XIX*. Collana, Publicación del Seminario di Studi Latinoamericani dell'Università di Sassari, Serie Studi – I; Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, p. 143-166.
- DEVOTO, F.J. 1992. La experiencia mutualista italiana en la Argentina: un balance. In: F.J. DEVOTO e E.J. MIGUEZ (comps.), *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica. Los italianos en América Latina en una perspectiva comparada*. Buenos Aires, CEMLA-CSER-IEHS, p. 169-185.
- ESTRADA, B. 1992. La colectividad italiana de Santiago de Chile a través de la sociedad de mutuos socorros 'Italia' (1880-1910). In: F.J. DEVOTO e E.J. MIGUEZ (comps.), *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica. Los italianos en América Latina en una perspectiva comparada*. Buenos Aires, CEMLA-CSER-IEHS, p. 59-76.
- FERNÁNDEZ, A.E. 1992. El mutualismo español en un barrio de Buenos Aires: San José de Flores, (1890-1900). In: F.J. DEVOTO e E.J. MIGUEZ (comps.), *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica. Los italianos en América Latina en una perspectiva comparada*. Buenos Aires, CEMLA-CSER-IEHS, p. 135-168.
- FORTES, A. 1999. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. *Cadernos AEL*, 6(10-11):171-220.
- HOBSBAWM, E.J. 1998. Todo povo tem história. In: E.J. HOBSBAWM, *Sobre história*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 185-192.

- KUSHNIR, B. 1996. *Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: as Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*. Rio de Janeiro, Imago, 258 p.
- MARTINS, J. de S. 1973. Trabalho e comunidade. In: J. de S. MARTINS, *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, Pioneira, p. 175-203.
- MARTINS, J. de S. 1992. O mútuo socorro no nascimento da classe trabalhadora. In: J. de S. MARTINS, *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo, HUCITEC, p. 68-89.
- MARUCCO, D. 1992. Lavoro e solidarietà popolare: forme, modelli, rapporti Del mutuo soccorso italiano. In: F.J. DEVOTO e E.J. MIGUEZ (comps.), *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica. Los italianos en América Latina en una perspectiva comparada*. Buenos Aires, CEMLA-CSER-IEHS, p. 9-29.
- ROSOLI, G. 1992. L'associazionismo cattolico degli emigrati italiani in América tra '800 e '900. In: F.J. DEVOTO e E.J. MIGUEZ (comps.), *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica. Los italianos en América Latina en una perspectiva comparada*. Buenos Aires, CEMLA-CSER-IEHS, p. 77-99.
- SFORZA, C. 1945. *A Itália contemporânea. Suas origens morais e intelectuais*. São Paulo, Brasiliense, 406 p.
- SILBERSTEIN, C.F. de. 1992. Lãs opciones educativas de la comunidad italiana em Rosário: Lãs escuelas mutualistas y el colégio Salesiano (1880-1920). In: F.J. DEVOTO e E.J. MIGUEZ (comps.), *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica. Los italianos en América Latina en una perspectiva comparada*. Buenos Aires, CEMLA-CSER-IEHS, p. 101-114.
- SILVA JR., A.L. da. 2000. Nota preliminar sobre o mutualismo étnico e a esfera do trabalho (Rio Grande do Sul, séc. XIX). In: Encontro Estadual de História, 5. Rio Grande do Sul, ANPUH-RS, 19 p.
- SOUZA, J.M.V. de. 2003. *Araraquara 212 anos de história*. São Carlos, Editora Compacta, 90 p.
- TELAROLLI, R. 2003. *Para uma história de Araraquara: 1800 a 2000*. Araraquara, UNESP/FCL/ Laboratório Editorial, 180 p.
- TRENTO, Â. 1989. *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo, Nobel/ Instituto Italiano di Cultura di San Paolo/Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 574 p.
- TRENTO, Â. 1992. Le associazioni italiane a São Paulo: 1878-1960. In: F.J. DEVOTO e E.J. MIGUEZ (comps.), *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica. Los italianos en América Latina en una perspectiva comparada*. Buenos Aires, CEMLA-CSER-IEHS, p. 31-57.
- VISCARDI, C.M.R. 2004. Mutualismo e filantropia. In: Encontro Regional de História da ANPUH, 14, MG. *Anais...*, UFJF, Juiz de Fora, 17 p.
- VISCARDI, C.M.R. 2006. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: C.M. de ALMEIDA e M.R. de OLIVEIRA (orgs.), *Nomes e números: alternativas metodológicas para a História Econômica e Social*. Juiz de Fora, UFJF Editora, (no prelo).

Submetido em: 25/02/2007

Aceito em: 09/03/2007

Anexo I

Membros da diretoria por mais de três gestões

Luigi Selleri: 1920 - secretário provisório; 1921-22 – conselheiro; 1923-24 – vice-presidente.

Andréa Vigorito: 1920 – presidente provisório; 1921-22 – conselheiro; 1923 – apurador mesa eleitoral.

Giuseppe Opice: 1920 – vice-secretário; 1921 – presidente mesa eleitoral; 1922, 1926, 1927 – conselheiro.

Augusto Bignardi: 1921-24 – conselheiro; 1925-29, 1931, 1938 – vice-presidente.

Pietro Galeazzi: 1921-22, 1924 – conselheiro; 1923, 1925-40 – tesoureiro.

Antonio Zerbini: 1921 – suplente mesa eleitoral; 1922-23 – conselheiro; 1924-25 – censor.

Gregório Angelieri: 1922, 1928-29 – censor; 1930 – censor suplente mesa eleitoral

Nicola Barbato: 1922 – censor; 1923-24, 1929-38 – administrador; 1925-26, 1928 – conselheiro; 1936-37 – suplente mesa eleitoral.

Silvério Minervino: 1921, 1923-25, 1928 – conselheiro; 1926 – censor.

Augusto Zenerin: 1921-40 – secretário.

Gaspere Abritta: 1921 – vice-secretário; 1922 – censor; 1923-24 – conselheiro; 1925-28 – administrador; 1929-37 – presidente mesa eleitoral.

Giuseppe Donzelli: 1920, 1922 – apurador mesa eleitoral; 1921, 1923-26 – conselheiro.

Giuseppe P. Lepre: 1921-22, 1925-40 – conselheiro; 1924 – tesoureiro.

Paolo Alimonda: 1921-22, 1928 – conselheiro; 1924 – apurador mesa eleitoral; 1925-26 – vice-secretário; 1929-31 – secretário mesa eleitoral.

Enrico Lupo: 1921-27 – conselheiro.

Agostino Tucci: 1920, 1930 – apurador mesa eleitoral; 1921 – censor; 1922 – administrador; 1930 – conselheiro.

Antonio Blundi di Ferdinando: 1921, 1926, 1929 – censor; 1924, 1927 – suplente mesa eleitoral; 1926, 1929 – censor; 1927 – apurador mesa eleitoral; 1930-36 – conselheiro; 1937 – conselheiro suplente.

Michelle Loria: 1921, 1925 – apurador mesa eleitoral; 1926 – censor; 1928-29, 1933-36 – conselheiro; 1930-31 – vice-secretário.

Giuseppe Aufiero: 1922 – vice-presidente; 1923-40 – presidente.

Francesco Palamone: 1922-26, 1928-29 – conselheiro.

Nicola Lagrotta: 1922-25 – presidente mesa eleitoral; 1927 – conselheiro.

Giuseppe Storino: 1922-23 – apurador mesa eleitoral; 1934 – conselheiro; 1935-36 – conselheiro suplente.

Francesco Ferrarezi: 1922 – suplente mesa eleitoral; 1923-24 – apurador mesa eleitoral; 1924 – censor; 1927 – presidente mesa eleitoral; 1928-29 – conselheiro.

Enrico Somenzari: 1923-27 – conselheiro.

Gaetano Mirabelli: 1923, 1932-36 – censor; 1924 – suplente mesa eleitoral; 1927-28 – vice-secretário; 1929-31 – conselheiro.

Osvaldo Negrini: 1924-38 conselheiro; 1936-37 – suplente mesa eleitoral.

Enrico Dall'Acqua: 1925, 1933, 1934 – censor; 1932 – censor suplente.

Alberto Cestari: 1925, 1927-31 – apurador mesa eleitoral; 1926 – suplente mesa eleitoral.

Vincenzo Catanzaro: 1925, 1935 – apurador mesa eleitoral; 1927 – secretário mesa eleitoral; 1929 – conselheiro.

Arturo Rizzoli: 1925 – apurador mesa eleitoral; 1929 – suplente mesa eleitoral; 1930-33 – censor.

Afonso Lombardi: 1926, 1928 – apurador mesa eleitoral; 1927 – suplente mesa eleitoral; 1927, 1929-35, 1938-40 – conselheiro; 1937 – conselheiro suplente.

Alessandro Zaranella: 1926 – apurador mesa eleitoral; 1934-38 – censor suplente; 1935 – suplente mesa eleitoral. **Pietro Firmiano:** 1927-32 – censor.

Giovanni Masiero: 1928-31, 1934 – conselheiro; 1932-33 – censor suplente; 1935-36, 1938 – conselheiro suplente.

Pietro Martini: 1928, 1930 – conselheiro; 1936-37 – apurador mesa eleitoral; 1937-38 – censor.

Domenico Rosito: 1929, 1931-32, 1936 – apurador mesa eleitoral; 1934-37 – censor.

Adolfo Lainetti: 1933 – secretário; 1934-35, 1937 – apurador mesa eleitoral; 1936 – secretário mesa eleitoral; 1937-38 – censor suplente.

Ferruccio Miari: 1934-35, 1937 – secretário mesa eleitoral; 1935-38 – conselheiro.